



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA PROCON Nº 04/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotora de Justiça que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais como curadora do consumidor, com fundamento nos arts. 127, *caput*, 129, II e IX, da Constituição Federal; art 6º, XX, da Lei Complementar m75/93; art 26, VII, da Lei 8.625/93;

E visando à efetividade do que dispõem a Constituição Federal; a Lei nº 8078/1990 (Código do Consumidor).

Vem expedir **RECOMENDAÇÃO**, pelos fatos e fundamento a seguir expostos.

Considerando a promoção da defesa do consumidor, como um direito fundamental (art. 5º, XXXII);

Considerando a defesa do consumidor, ao lado de outros, como o princípio da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, cuja finalidade é garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (CF, art. 170, V);

Considerando o Código de Defesa do Consumidor, como conjunto de normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social (CF, ADCT, art. 48, Lei nº 8078/1990, art. 1º);

Considerando a proteção da dignidade, da saúde e segurança e dos interesses econômicos dos consumidores, como objetivos específicos da Política Nacional das Relações de Consumo;

Considerando o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, como um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo (CDC, art. 4º, I);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Considerando o surto da doença provocada pelo novo Coronavírus (2019 – nCov), caracterizado como pandemia, e a necessidade de os consumidores adquirirem álcool em gel, luva e máscara descartável, para evitar os riscos de contaminação;

Considerando a necessidade inadiável de os consumidores, havendo insuficiência respiratória, precedida de sintomas semelhantes aos da gripe, de realizar exame para saber se contraiu a doença causada pelo novo Coronavírus (2019-nCov), inclusive de forma remunerada;

Considerando a necessidade de aquisição de outros produtos e serviços, pelos consumidores, em função do surto da doença;

Considerando as notícias veiculadas de que fornecedores estariam se aproveitando do surto da doença provocada pelo novo Coronavírus, caracterizado como pandemia, e da premente necessidade da população, para elevar, sem justa causa, os preços dos bens de consumo, visando obter vantagens ilícitas;

RECOMENDA

Aos representados sob pena de responsabilização administrativa, cível e criminal:

- a) **Aos comerciantes que promovam imediatamente o fechamento dos estabelecimentos que explorem cinema, casa de show, boates e academias, pelo prazo de 30 (trinta) dias.**
- b) **Que as farmácias, drogarias e supermercados não procedam à elevação de preços de produtos relacionados à prevenção do COVID-19 ou doenças assemelhadas, tais como máscaras, álcool gel, luvas e outros, destinando a comercialização de máscaras com prioridade às pessoas com eventual contágio e aos profissionais da saúde;**
- c) **Que, em sendo necessário, proceda à limitação da quantidade de produto ou serviço, nas vendas feitas no comércio, com finalidade de garantir o abastecimento do mercado e atender às necessidades dos consumidores, em situação de grande procura, e enquanto durar a**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pandemia do novo Coronavírus, nos termos da Nota Técnica CNDD-FC Nº 01/2020, visto não constituir prática comercial abusiva, eis que motivada em justa causa, art. 39, I, CDC.

- d) Disponibilizar, para conhecimento de toda população, todas as recomendações do Ministério Público e providências tomadas pelo Poder Público Municipal, no sítio do Município, na rede mundial de computadores com a finalidade de ciência e controle da sociedade (prazo 05 dias);

Destaca-se que a elevação, sem justa causa, do preço do produto e serviço, pelo fornecedor, abusando da premente necessidade do consumidor, enquanto durar o período de pandemia da doença provocada pelo novo Coronavírus constitui prática abusiva e é punida pelo Código de Defesa do Consumidor, art. 39, X, CDC.

Outrossim, a elevação do preço do produto e serviço, pelo fornecedor, abusando da premente necessidade do consumidor, enquanto durar o período de pandemia da doença provocada pelo novo Coronavírus em percentual superior a 20% (vinte por cento) ao preço da compra, constitui, em tese, crime contra a economia popular, punindo com detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, Lei Federal nº 1521/51, art. 4º, b.

Paracatu, 23 de março de 2020.

Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG – 0470. 20.000273-6

Determino:

- 1) Enviar imediatamente a **RECOMENDACÃO ADMINISTRATIVA Nº 04 /2020 ao Município, PROCON-Paracatu e Secretarias Municipais;**
- 2) Comunique-se às demais Promotorias de Justiça de Paracatu, ao Comando da Polícia Militar- Paracatu, à Polícia Civil - Paracatu;
- 3) Comunique-se ao juiz diretor do foro e ao juiz responsável pela Vara da Infância, OAB-Paracatu;
- 4) Comunicar a rádios, mídias e imprensa local para fins de divulgação;
- 5) Fica autorizada toda comunicação e notificação por e-mail;
- 6) Considerando a urgência, nesses ofícios e comunicações fica dispensada a minha assinatura.

Paracatu, 23 de março de 2020.

Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça